



A(R)TIVISMOS E INSURGÊNCIAS JUVENIS EM PERIFERIAS DE FORTALEZA

Carla Jéssica de Araújo Gomes¹
Universidade Federal Ceará

João Paulo Pereira Barros²
Universidade Federal Ceará

Levi de Freitas Costa Araújo³
Universidade Federal Ceará

Antonio Caio Renan Silva Penha⁴
Universidade Federal Ceará

Ingrid Rabelo Freitas⁵
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

Em face da violência, as juventudes periféricas de Fortaleza têm transformado a arte e a articulação política em ferramentas de resistência e ressignificação de suas trajetórias. Este artigo objetiva refletir acerca da atuação de ativismos juvenis em territorialidades periféricas na defesa do direito das juventudes, tendo como mote a experiência do Jovens Agentes de Paz (JAP) no desenvolvimento do “Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos”. Trata-se de uma pesquisa-inter(in)venção que se utilizou de diários de campo e entrevistas semiestruturadas. Os compartilhantes da pesquisa foram jovens entre 16 e 29 anos, integrantes do JAP e participantes do Festival. Os resultados estão organizados em três eixos: criação de espaços de formação política, políticas de pertencimento e experimentação artística articuladas à reivindicação de direitos. O estudo demonstra, por meio da experiência do JAP, como os ativismos juvenis têm desenvolvido tecnologias sociais que borram as fronteiras impostas pelos conflitos territoriais, confluenciando juventudes plurais em prol da problematização do contexto de violência e afirmação das

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora pedagógica da Universidade Christus (UC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. da Universidade, 2853, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60020-181. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6979-2646>. E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. da Universidade, 2853, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60020-181. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>. E-mail: joaopaulobarroso7@gmail.com.

³ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. da Universidade, 2853, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60020-181. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6898-1106>. E-mail: leviprofpsi24@gmail.com.

⁴ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. da Universidade, 2853, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60020-181. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5253-3092>. E-mail: caiorenan.sp@gmail.com.

⁵ Assistente Social pelo Centro Universitário Fametro (UniFametro). Estudante do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Av. General Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60731-335. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8365-6245>. E-mail: ingrid.rabelo@aluno.uece.br.

potenciais juvenis. Tal experiência aponta caminhos para políticas públicas direcionadas às juventudes periféricas.

Palavras-chave: Juventude; Ativismos juvenis; Periferia; Arte.

A(R)TIVISMS AND YOUTH INSURGENCIES ON THE OUTSKIRTS OF FORTALEZA

ABSTRACT

In the face of violence, marginalized youth in Fortaleza have transformed art and political mobilization into tools of resistance and reinterpretation of their life paths. This article aims to reflect on the actions of youth activism in peripheral territories in defense of youth rights, focusing on the experience of the “Jovens Agentes de Paz” (Young Peace Agents – JAP) and their development of the “Youth Festival: Art, Culture, and Human Rights.” The study is based on an intervention-research approach, using field diaries and semi-structured interviews. Participants included young people aged 16 to 29 who were members of JAP and participants in the Festival. The findings are organized around three themes: creation of spaces for political education, policies of belonging; artistic experimentation and advocacy for rights. The study shows how, through the JAP experience, youth activism develops social technologies that blur boundaries imposed by territorial conflicts, uniting diverse young people to question violence and affirm youth potential. This experience offers valuable insights for the development of public policies aimed at marginalized youth.

Keywords: Youth; Youth activism; Periphery; Art.

A(R)TIVISMOS E INSURGENCIAS JUVENILES EN PERIFERIAS DE FORTALEZA

RESUMEN

Ante la violencia, las juventudes periféricas de Fortaleza han transformado el arte y la articulación política en herramientas de resistencia y resignificación de sus trayectorias. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la actuación de los activismos juveniles en territorialidades periféricas en la defensa de los derechos de las juventudes, teniendo como eje la experiencia de los Jóvenes Agentes de Paz (JAP) en el desarrollo del “Festival de las Juventudes: Arte, Cultura y Derechos Humanos”. Se trata de una investigación-inter(in)vencción que utilizó diarios de campo y entrevistas semiestructuradas. Los colaboradores de la investigación fueron jóvenes de entre 16 y 29 años, integrantes del JAP y participantes del Festival. Los resultados están organizados en tres ejes: creación de espacios de formación política, políticas de pertenencia; experimentación artística y reivindicación de derechos. Por lo tanto, el estudio demuestra, a partir de la experiencia del JAP, cómo los activismos juveniles han desarrollado tecnologías sociales que desdibujan las fronteras impuestas por los conflictos territoriales, articulando juventudes plurales en favor de la problematización del contexto de violencia y la afirmación de las potencialidades juveniles. Tal experiencia señala caminos para las políticas públicas dirigidas a las juventudes periféricas.

Palabras clave: Juventud; Activismos juveniles; Periferia; Arte.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por intuito refletir acerca da atuação de a(r)tivismos juvenis em territorialidades periféricas na defesa dos direitos das juventudes, tendo como mote a experiência do Jovens Agentes de Paz (JAP). Para essa análise, toma-se como cena o Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos, realizado anualmente por esse coletivo no território do Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza-CE. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa de dissertação, realizada entre 2022 e 2023, que teve como objetivo cartografar como jovens narram experiências de violência e re-existência por meio da arte (Gomes, 2024).

A cidade de Fortaleza, capital cearense, possui, entre as demais cidades do Brasil, um dos maiores índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contra jovens (Cerqueira; Bueno, 2024). Outro dado que corrobora o fato consta nos indicadores da Superintendência de Pesquisa de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará (2025), os quais apontam que das 1572 vítimas de CVLI entre 2023 e 2024 na cidade, 45,86% (n = 720) estavam na faixa etária dos 18 aos 29 anos; desse contingente, cerca de 92% (n = 662) eram do sexo masculino.

Entretanto, para responder a esse cenário, as gestões locais ainda têm direcionado boa parte de seus investimentos para um modelo de segurança pública ostensiva. Segundo o Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado do Ceará 2023, realizado pela Secretaria da Fazenda (Ceará, 2024), o investimento somente na área de Segurança Pública (R\$ 5.515.577) no estado representou, em 2023, quase o triplo da verba destinada às políticas de Assistência Social, de Cultura, de Direitos da Cidadania e de Lazer e Desporto quando somadas, totalizando R\$ 1.863.082. O resultado desta disparidade é uma periferia repleta de aparatos policiais, ao passo que vê seus equipamentos de arte, cultura e garantia de direitos precarizados.

Tal cenário descrito encontra ecos no conceito “necropolítica” (Mbembe, 2017), especialmente no que se refere ao aniquilamento físico e/ou simbólico dos corpos e à criação de zonas de morte na qual “certos grupos populacionais são posicionados como ‘mortos-vivos’, por meio de processos e práticas de desumanização, coisificação e indignificação de suas existências” (Benício et al., 2018, p. 195). Essa tecnologia de poder que tem o racismo como seu motor investe na fabricação de inimigos ficcionalizados como uma de suas principais armas, permitindo a distinção entre aqueles que podem viver e aqueles que devem morrer, produzindo condições de aceitabilidade e normalização da morte daqueles tidos como indesejáveis e inimigos da ordem social (Mbembe, 2017).

Desse modo, por um lado, tem-se o genocídio da juventude periférica expressa em números pela violência, fruto da ação de dispositivos de criminalização juvenil e de produção de “sujeitos matáveis” no cotidiano dos centros urbanos (Benício et al., 2018); por outro lado, a despotencialização das políticas públicas garantidoras de direito avança na tentativa do definhamento dessas juventudes ou, com sorte, da sua docilização. A necropolítica, em face das diversas formas de incidir sobre os corpos e os sistemas,

atualiza-se no fazer morrer concreto e cruento das juventudes periféricas, pela força da violência letal que as atinge, bem como na gradual e lenta forma de fazer definhar a vida possível, pela dificuldade de acesso a direitos, equipamentos públicos e espaços que referenciam as garantias sociais.

Entretanto, considerando esse contexto de morte, afinal, que estratégias de enfrentamento e re-existências estão sendo mobilizadas pelas juventudes periféricas? O que a articulação entre juventudes plurais consegue criar e inventar cotidianamente para resistir às políticas de morte atuantes nas periferias urbanas? Um exemplo da força das articulações juvenis nas periferias urbanas é a atuação do JAP. O coletivo, que hoje se consolida como uma das principais forças políticas e culturais do GBJ, região periférica de Fortaleza.

O Jovens Agentes de Paz (JAP) surgiu por meio de uma iniciativa do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), organização atuante no Grande Bom Jardim (GBJ) desde 1994, em resposta às demandas de escolas públicas da região diante do aumento dos conflitos entre jovens. A partir de um curso voltado à mediação de conflitos e à cultura de paz, dez jovens foram selecionados para atuar como multiplicadores em suas escolas, promovendo círculos de cultura de paz e mobilizando pautas relacionadas aos direitos humanos. Embora inicialmente apoiado pelo CDVHS, o grupo passou a construir progressivamente sua identidade como coletivo autônomo e protagonista no território.

A partir de 2012, o JAP estruturou sua atuação em quatro eixos temático-políticos: Ser Jovem; Ser Livre; Ser Jovem Agente de Paz; e Ser “das áreas” (Freitas et al., 2023; Gomes et al., 2025). O eixo Ser Jovem aborda as diferentes formas de vivenciar a juventude, considerando as desigualdades e os marcadores sociais que atravessam essas experiências. O Ser Livre promove reflexões sobre a liberdade, autonomia e os desafios impostos pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero às juventudes periféricas. O Ser Jovem Agente de Paz enfatiza a cultura de paz, a reparação social, a conquista de direitos e o protagonismo juvenil na transformação da realidade. O Ser “das áreas” busca ressignificar as representações sobre os territórios periféricos, valorizando seus saberes, práticas, resistências e potências criativas e políticas.

Em 2016, a participação de jovens do coletivo nas ocupações de escolas públicas no Ceará marcou uma nova fase de sua atuação, fortalecendo a reivindicação de direitos por meio de ações políticas e culturais. As tensões decorrentes desse processo contribuíram para o deslocamento das ações além do espaço escolar, já que alguns gestores escolares decidiram impedir o acesso do coletivo após as ocupações. Nesse contexto, em 2018, foi realizado o primeiro Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos, em parceria com atores locais, grupos universitários e artistas da região, ampliando as possibilidades de formação política, expressão cultural e luta por direitos no território (Freitas et al., 2023).

Hur (2018) aponta que, na atual conjuntura do capitalismo neoliberal, o esforço dos grupos minoritários é, sobretudo, não sucumbir. Há uma urgência para criar mecanismos de vida dignos que não sejam capturados pelos tentáculos do nefasto sistema. Desumanizados pela conjuntura do capitalismo neoliberal, esses grupos minoritários realizam movimentações insurgentes como resposta a uma política de extermínio e mortificação. Insurgência configura-se como uma irreverência em permanecer criando a vida apesar do projeto político de morte empreendido pela lógica colonial, cisheteropatriarcal e capitalista (Mombaça, 2021).

Nesse cenário, os movimentos sociais organizados desempenham um papel crucial na construção de agenciamentos coletivos capazes de fortalecer identidades comunitárias e questionar a lógica individualista característica da governamentalidade neoliberal (Hur, 2018). Esses movimentos se constituem como espaços de articulação coletiva fundamentados em princípios de solidariedade e mobilização social, que visam tanto criar um espaço de fortalecimento pessoal e de apoio mútuo como denunciar desigualdades sociais e apontar caminhos para transformações estruturais.

Esses esforços de criação de mecanismos de vida dignos articulam a dimensão estética ao integrarem a arte como uma possibilidade enunciativa e experimental de outras formas de construção da vida. Assim, a(r)tivismo aqui é usado como conceito-chave para entender diferentes formas de experimentação estética que convergem com um engajamento político do coletivo nas composições produtivas do campo de força, exercitando formas contra-hegemônicas de produção de sensibilidades e disputa narrativa (Costa; Coelho, 2018; Mesquita, 2011). Para além da simples ideia de uma arte

política, a dimensão a(r)tivista construída pelo JAP se dá à medida que as ações estéticas do coletivo buscam integrar a dimensão estética às suas lutas por meio de outros referenciais artístico/culturais que escapam aos mecanismos representativos tradicionais da arte (Costa; Coelho, 2018; Mesquita, 2011).

No contexto das governamentalidades neoliberais que atingem também as esferas estatais e burocráticas (Hur, 2018), este artigo buscará, nos próximos tópicos, visibilizar como os coletivos juvenis, neste caso o JAP, atuam mediante ações instituintes, singulares, criativas e insurgentes que reconfiguram o *modus operandi* da política, tensionando a intersecção dos marcadores sociais da diferença, como raça, classe e território, que historicamente sustentam a criminalização das juventudes periféricas. Ademais, o artigo também discutirá como, mesmo à margem dos aparatos estatais, as juventudes instituem políticas comunitárias no território, fomentando, por meio de uma compreensão de reivindicação social intrinsecamente ligada a sua dimensão estética e a(r)tivista, cultura, arte e direitos humanos como eixos centrais de transformação social.

MÉTODO

A pesquisa que engendrou este trabalho possui cunho qualitativo e se constitui como uma pesquisa-inter(in)venção (Menezes; Colaço; Adrião, 2018; Costa et al., 2020) inspirada pela cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020). A pesquisa-inter(in)venção se insere no escopo das pesquisas participativas em psicologia, e objetiva compreender os processos de subjetivação e as linhas de fugas engendradas em um território existencial. Tomamos como horizonte teórico um diálogo entre os estudos decoloniais e referenciais pós-estruturalistas, como a cartografia e a esquizoanálise, para a construção de um dispositivo enunciativo que fizesse irromper visibilidades em torno das práticas a(r)tivistas juvenis periféricas.

As estratégias metodológicas utilizadas neste estudo envolveram a inserção colaborativa durante as fases de concepção, acompanhamento e sistematização do Festival das Juventudes, principal ação desenvolvida pelo JAP. Essa estratégia envolveu a participação desde o planejamento e a divulgação do evento, como a presença nos dias de execução do festival. Ao integrar a comissão organizadora, buscou-se romper com a dicotomia entre pesquisador e compartilhantes, recusando os ideais de neutralidade e

objetividade científicos tradicionais. Em consonância com os pressupostos da pesquisa-inter(in)venção, priorizou-se a produção de conhecimentos situados e corporificados (Haraway, 1995), tecidos por meio das vivências construídas com as juventudes compartilhantes da pesquisa.

O campo do estudo foi constituído pelas experiências compartilhadas com aproximadamente 30 jovens integrantes do JAP, com idades entre 16 e 29 anos, envolvidos na organização das edições de 2022 e 2023 do Festival das Juventudes. Para a composição do material empírico deste artigo, foram considerados os registros produzidos pelos pesquisadores durante a inserção no campo, sistematizados em diários de campo, os quais têm como função registrar as experiências por meio de uma política de escrita responsável por relatar e publicizar os acontecimentos e as análises de implicação que irrompem no trabalho de pesquisa (Barros; Passos, 2020). Além disso, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com integrantes do coletivo, as quais foram gravadas, com autorização dos compartilhantes, e depois transcritas. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro composto por nove perguntas que buscavam compreender as trajetórias dos compartilhantes, suas experiências de participação no coletivo e suas perspectivas de futuro.

Os diários de campo e as transcrições das entrevistas foram lidas e analisadas pela equipe de pesquisa seguindo a perspectiva de análise cartográfica. Para Barros e Barros (2013), a análise cartográfica busca colocar em evidência, por meio dos analisadores, o processo histórico de produção das instituições, contribuindo para desnaturalizar aquilo que nelas se apresenta como dado ou estabelecido. Assim, a retomada dos diários e as transcrições das entrevistas acompanharam situações, acontecimentos, falas, afetos e tensionamentos que adquiriram relevância no encontro com o campo. Não se partiu, portanto, de categorias analíticas previamente estabelecidas, mas os analisadores foram delineados perante os movimentos e as questões que ganharam maior intensidade ao longo do percurso investigativo.

Nesse processo, as narrativas produzidas nas entrevistas foram colocadas em relação com os registros dos diários de campo, possibilitando acompanhar tanto as experiências narradas pelos compartilhantes quanto as situações e os acontecimentos que atravessaram a inserção dos(as) pesquisadores no território. A partir disso emergiram

três eixos de análise que serão mais bem apresentados nos resultados: 1. criação de espaços de formação política; 2. políticas de pertencimento; 3. experimentação artística e reivindicação de direitos.

A escolha dos quatro entrevistados, entre os aproximadamente 30 jovens envolvidos nas ações do JAP, esteve relacionada às diferentes formas de inserção e participação no coletivo e no Festival das Juventudes. Lucas foi escolhido por ser, à época da pesquisa, o integrante mais antigo do coletivo em plena atividade; enquanto Camila, além de integrar o JAP, atuava como educadora social responsável pela articulação de suas ações. Marina e Alex, por sua vez, foram escolhidos por representarem gerações mais recentes de integrantes do coletivo, possibilitando acompanhar diferentes momentos e formas de participação na experiência do JAP.

Alex, de 16 anos, pessoa não binária, LGBTQIAP+, multiartista, militante de movimentos sociais e estudantis, integra o JAP desde de 2022. Lucas, 23 anos, homem cis, integra o JAP desde 2017, é beatmaker e produtor musical. Marina, mulher preta, é poeta, produtora cultural, sócio-educadora, fotógrafa, além de integrante do JAP desde 2021 e militante dos direitos humanos. Por fim, Camila, mulher cis negra de 29 anos, participa do JAP desde 2018. Ela é formada em Serviço Social e integrante também do coletivo Maracatu Nação Bom Jardim (MNBJ). Embora os compartilhantes tenham autorizado o uso de seus nomes reais no âmbito da pesquisa mais ampla, optou-se, neste artigo, pela utilização de nomes fictícios. A decisão considerou o caráter sensível do material analisado neste artigo derivado, que envolve questões relacionadas à violência territorial, de gênero, sexualidade e ativismo. Assim, os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, buscando-se reduzir possíveis riscos de exposição decorrentes da publicação.

No que se refere aos aspectos éticos e legais da pesquisa, a pesquisa respeitou os princípios das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, compõe uma pesquisa guarda-chuva, aprovada pelo Parecer nº 5.187.324 do Comitê de Ética. Os compartilhantes foram informados acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa e, após os devidos esclarecimentos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, no caso dos compartilhantes menores de 18 anos, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Além disso, buscou-se seguir os preceitos da Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), sendo os dados destinados unicamente aos fins acadêmicos e científicos deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criação de espaços de formação política

O Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos possui o intuito de criar um espaço para compartilhamento e reflexão acerca das experiências e vivências cotidianas das juventudes compartilhantes, além de proporcionar um local para experimentação artística, promoção da cultura periférica e articulação entre jovens do território, borrando as fronteiras forjadas pelos conflitos e disputas entre facções criminosas na região (Paiva, 2022). A ação advém principalmente do compromisso do JAP com a defesa dos direitos das juventudes periféricas e articula-se com outros trabalhos desenvolvidos por ele no chão das escolas do território, como oficinas realizadas com estudantes no contraturno e fortalecimento dos grêmios estudantis.

Seis edições do Festival já foram realizadas até o ano de 2024, todas estas foram acompanhadas por nosso grupo de pesquisa e extensão, apesar das experiências de apenas duas edições estarem sendo analisadas neste artigo (2022 e 2023). Essas edições se deram em diferentes formatos, recorrendo a metodologias variadas que foram sendo adaptadas aos contextos sociohistóricos de cada festival, ao público inscrito e suas demandas (Freitas et al., 2023). Contudo, algo que interliga todas as edições é a aposta em trazer artistas periféricos, a maioria integrante do próprio JAP, para performar e facilitar momentos da programação, possibilitando a visibilização de seus trabalhos e um “intercâmbio” entre juventudes. Sobre isso, Lucas destaca a importância de estabelecer esse “intercâmbio”:

Uma coisa que acho massa é esse intercâmbio de juventudes, porque são juventudes de escolas paralelas, escolas de territórios diferentes, tem gente como convidado também, que nem vocês do [informação suprimida para avaliação], que acabam conversando com os jovens, fazendo intercâmbio de ideias, “ah gostei desse projeto, bora levar pra escola”, “eu tenho um grupo que a gente faz não sei o que, tem como a gente juntar?”. Então é isso, a gente sempre tá estimulando esse intercâmbio mesmo, a gente sempre tá conhecendo grupos novos, e pra eles isso é maior ainda, porque a gente pelo menos conhece todos os grupos, tenta conhecer todos, mas pra eles (artistas e grupos convidados) isso é novo. São juventudes que fazem coisas diferentes em outros territórios. São projetos, são grupos, que fazem coisas diferentes dentro dos territórios, e por aí vai passando esse intercâmbio que acho muito massa, desse conhecimento. (Trecho de entrevista com Lucas, 2023)

Nesse sentido, considerando a reflexão trazida por Lucas, o festival surge como um espaço para troca de experiências e criação de alianças entre juventudes, um acontecimento que frutifica aquilo que Silva (2019) define como “pensamento da mermazária”. O autor pressupõe que a experiência de reconhecimento e solidariedade em face das experiências de violência vividas por diferentes juventudes teria potencial para a construção de redes de afeto e apoio entre aqueles que vivem em diferentes margens urbanas. Esse pensamento não se apoia em uma lógica de homogeneização, mas sim na perspectiva de fissurar a lógica de faccionalização e demarcação de fronteiras pelos conflitos territoriais que inviabiliza as porosidades e vizinhanças entre grupos.

Essa dinâmica de encontro e articulação entre juventudes plurais evidencia que a criação de um "comum" não significa a negação das diferenças, mas sim a construção de um eixo de transversalidade, no qual as singularidades heterogêneas são reconhecidas e valorizadas. Como destacam Kastrup e Passos (2013, p. 265), o “comum se dá pela comunicação entre singularidades heterogêneas”, ou seja, é na interação e no diálogo entre as diferenças que se tece uma rede de saberes e afetos capaz de fortalecer a luta coletiva. Dessa forma, o Festival não apenas possuiria o potencial de promover o reconhecimento mútuo e a solidariedade, mas também fortalecer as lutas e as movimentações políticas nas periferias.

Os diferentes formatos e metodologias utilizadas no festival levam em consideração também a finalidade de ampliar debates acerca da promoção de direitos humanos, cultura de paz e outras temáticas demandadas pelos jovens, sendo a troca de experiências e conhecimentos entre participantes um foco primordial do festival. Alex, participante da comissão organizadora de 2023, compartilha um pouco desta aposta:

É totalmente diferente da escola. Aqui, o aluno, o jovem, tem a total liberdade de falar a opinião dele, sem pré-julgamento, sem medo de ser julgado. Além disso, é um local onde oferecem várias oficinas, de arte, fotografia, lazer e cultura, e que, por exemplo, na minha escola, em outras escolas, pelo tempo, pela grade curricular, a gente acabava que não via algumas culturas, algumas dinâmicas que poderiam alegrar o aluno, não deixar ele naquele monopólio cansativo (Trecho de entrevista com Alex, 2023)

Conforme trazido e analisado por Alex, o festival possibilita a criação de um espaço formativo contra-hegemônico, cuja estrutura opera em ruptura com a lógica escolar tradicional, propondo, em seu lugar, um saber de encruzilhadas (Rufino, 2019), de modo que diferentes formas de conhecimento coexistem e se fertilizam mutuamente. Nesse

contexto, a arte emerge não como atividade extracurricular ou matéria isolada no currículo, mas como eixo central de uma epistemologia insurgente, capaz de mobilizar outras formas de produção de conhecimento. Se, por um lado, o Festival cria condições materiais para que saberes marginalizados coexistam e se fertilizem (Silva, 2019; Santos, 2022), por outro, a arte fornece o dispositivo estético-político que viabiliza essa encruzilhada de saberes.

A transgressão inerente à arte periférica, sua recusa aos modelos hegemônicos de validação artística e cultural, e sua centralidade na experiência e na troca com o outro permitem ao festival constituir-se como um espaço de experimentação de outras formas de expressão, pensamento e relação com o mundo. Ao impulsionar afetos, entendidos como forças de devir que ultrapassam os corpos que os experimentam (Deleuze; Guattari, 2010), a arte cria um campo de possibilidades de deslocar as juventudes para experiências que escapam ao enquadramento colonial do saber. No festival, isso pode ser visto no convite à experimentação de outras lógicas de expressão, reflexão e relação com a alteridade durante a programação montada, em que jovens periféricos não apenas consomem conhecimento, mas o produzem por meio de seus repertórios corporais, afetivos e comunitários.

O Festival das Juventudes distribui-se por quatro sábados quinzenais no primeiro semestre de cada ano, entre os meses de maio e junho. Embora, a cada ano, o festival tenha um tema específico, como “Favela Vive” em 2023, ele apresenta 4 (quatro) eixos temáticos-políticos, os mesmos eixos de atuação do JAP descritos na introdução, que fornecem um contorno para as discussões e a programação que ocorrem a cada dia. Tais eixos são disparadores, mas abrangem muitas outras discussões. Por exemplo, no dia do eixo “Ser Jovem”, é comum discussões sobre racismo; no dia “Ser Livre”, é comum que a temática de gênero e de sexualidade sejam trazidas. Sobre isso, Lucas nos fala:

O festival ajuda também nessa questão de atrair tantas pessoas (para luta política) porque abre esse espaço. Esses eixos são muito pautados porque querem falar sobre isso, porque em casa, se ele ou ela for falar de raça, de cor ou sexualidade, às vezes os pais não vão nem querer ouvir, vão falar “isso é besteira”; a criança fala que sofreu racismo e eles dizem “isso não é racismo”, ou que sofreu violência de gênero, e eles dizem “isso não tem nada a ver”. Tipo, tem muitos casos revelados que a gente acaba sabendo nas escolas por alunos, porque as escolas que eram para ser aquele centro de apoio, para os jovens se sentirem confortáveis, não faz o papel, e o jovem vai se sentir confortável aonde? No Festival, porque tem pessoas parecidas com ela ou ele, se sente igualável, essa forma também dá certo. Agora eu vou me sentir confortável pra falar sobre uma coisa que me pesou num momento atrás, ou depois,

vou debater num ambiente que sou bem recebido, que me dão direito de falar, aonde não me interrompem, me dão mais de 5 minutos pra falar (Trecho de entrevista com Lucas, 2023)

Como destacado por Lucas, o festival abre espaço para discussões que muitas vezes são silenciadas em outros ambientes, como a escola e dentro do seio familiar. Ele relata que, enquanto em casa temas como racismo, gênero e sexualidade são frequentemente minimizados ou negados, no festival, busca-se criar um espaço que seja confortável para falar e debater, possibilitando que eles/as/us se reconheçam em experiências compartilhadas e problematizem a naturalização de certos contextos e violências. Assim, enquanto em ambientes domésticos, temas como racismo, gênero e sexualidade são frequentemente minimizados ou negados, o festival se constitui como um território que possibilita o diálogo crítico, permitindo que as juventudes participantes possam nomear seu mundo (Freire, 2019) e aquilo que antes, apesar de ser sentido, não possuía definição, rompendo com as políticas de silenciamento coloniais (Kilomba, 2019).

Além disso, ao possibilitar discussões sobre tais temáticas, o festival cria um espaço que possibilita um exercício de formação política, em que as juventudes falam sobre suas vivências, percepções de mundo e demandas e são ouvidas, e escutam-se, fortalecendo laços comunitários e possibilitando sonhar e confabular juntos caminhos alternativos e estratégias para a transformação de suas realidades, os quais irradiam para outros espaços do território, conforme relatado por Lucas mais à frente na entrevista:

Depois do festival, a gente viu que algumas escolas criaram movimentos diferentes em cada uma. Uma escola começou a aproveitar melhor o grêmio, outra escola criou um grupo que começou a debater sobre gênero nas escolas, e assim por diante. E quando a gente vai ver esses grupos dessas escolas, a gente vê que são pessoas que participaram do festival, que estiveram nos festivais anteriores e tudo mais, e tão lá movimentando politicamente, artisticamente, trazendo um pouco mais de dignidade para aquele espaço escolar, trazendo coisas importantes, por exemplo, o que fazer numa situação de transfobia. (Trecho de entrevista com Lucas, 2023)

Nesse sentido, o Festival das Juventudes não se reduz a apenas um evento, mas como um local-acontecimento cujos efeitos e repercussões reverberam para além de seu encerramento. Ao mobilizar não apenas as juventudes diretamente envolvidas em sua execução, mas todo o território em que está inserido, o Festival mostra sua potência política ao ser território fértil para a germinação de novas formas de militância, a(r)tivismo e resistência juvenil, como relatado por Lucas no trecho acima, fortalecendo e renovando as movimentações e as lutas políticas das juventudes periféricas. Assim, sua potência em

catalisar mobilizações coletivas consolida-o como um espaço vivo de insurgência e invenção de práticas de re-existência (Achinte, 2017).

Para Achinte (2017), re-existência não se limita a uma resistência reativa, mas constitui uma práxis coletiva e criadora, por meio da qual grupos subalternizados visibilizam opressões e ressignificam suas existências em meio às estruturas moderno-coloniais. Trata-se de um ato libertador e contracolonial, que confronta diretamente o projeto hegemônico eurocêntrico e norte-americano, desestabilizando discursos e tecnologias de controle que perpetuam a invisibilização e a desumanização de certas existências (Achinte, 2017; Voss; Peloso, 2021).

A arte, segundo Achinte (2017), emerge como um potente meio de inventar modos de re-existir em coletivo, pois possibilita a invenção de lógicas outras que escapam às normas totalizantes da modernidade. Mais do que produzir objetos estéticos, a arte nessa perspectiva opera como dispositivo de reflexão e transformação, criando espaços de vida que desafiam as fronteiras de silenciamento e pagamentos impostas pelo sistema mundo moderno-colonial (Achinte, 2017). Por meio do ato criativo, os sujeitos são convidados a repensar o cotidiano e recriar a realidade, experimentando outras formas de ser, estar e existir no mundo, não mais confinados às molduras coloniais, mas em movimento constante de reinvenção.

Políticas de pertencimento

Apesar de todos os eixos temáticos do festival apresentarem debates sobre as experiências juvenis no território, o eixo ser “das’areas” merece destaque aqui por ser um dos eixos em que se discutirão mais diretamente as políticas de circulação urbana, as possibilidades e os entraves vivenciados pelas juventudes periféricas no acesso a políticas públicas, além de permitir compreender as relações construídas por esses jovens com o território, envolvendo pertencimento, memória, partilha do sensível, sociabilidades solidárias e modos de viver que apostam em comunalidades. A expressão “das’area” é uma gíria comum nas periferias de Fortaleza que se refere a uma condição de origem, de pertencimento ou, no contexto do Festival, de experiência do comum, território existencial de confluência, compartilhamento, reconhecimento mútuo e potencialização tanto das diversidades quanto das singularidades.

Sobre esta expressão, uma das convidadas deste dia destaca: “(...) E a potência de “ser das áreas” é entender que nós temos um lugar de partida. É importante saber de onde partimos. Quando a gente sabe da onde a gente sai, a gente não esquece o nosso horizonte, o nosso destino” (Trecho de diário de campo, 17/06/2023). A convidada, que se apresentou como pertencente a outra periferia da cidade, também se reconheceu como “das’area”, permitindo pensar que o pertencimento mobilizado pela expressão não se vincula necessariamente a um bairro ou território específico, mas a uma experiência compartilhada de ser periférico.

Nesse sentido, além do reconhecimento das experiências comuns de precariedades e desassistências que afligem as juventudes periféricas, o termo “ser das áreas” também agrega um sentimento de pertencimento que se constrói por meio de experiências que, embora plurais e marcadas por diferentes trajetórias e territórios, encontram atravessamentos comuns nas desigualdades sociais, raciais e territoriais vivenciadas por grupos historicamente subalternizados. “Ser das áreas” aparece, aqui, como um analisador das formas de pertencimento e reconhecimento entre essas juventudes, produzindo um sentido de coletividade que permite reconhecer-se em experiências vividas em diferentes periferias. Assim, o termo se alinha a uma espécie de epistemologia de re-existência, que transforma e ressignifica os signos associados a ser um jovem periférico.

Para bell hooks (2022), o pertencimento não se reduz a uma condição passiva de ocupação espacial, mas configura-se como uma prática política radical de re-existência, especialmente para corpos não brancos, os quais são historicamente violentados pelo projeto colonial, que os impõe um “não lugar” social, por meio da negação de suas existências e do apagamento de suas ancestralidades (Kilomba, 2019). Em um mundo estruturado pelo patriarcado supremacista branco, em que o racismo e o sexismo operam como tecnologias de desumanização e coisificação, o pertencimento verdadeiro só pode emergir, segundo a autora (hooks, 2022), como ato de rebelião, com o resgate de perspectivas ancestrais, o fortalecimento coletivo e a identificação entre pares.

Nessa linha, “ser das áreas” alinha-se ao que hooks (2022) define como “cultura do lugar”, uma prática cotidiana de reescrita da relação com o espaço por meio de estéticas, afetos e saberes marginalizados. Essa construção coletiva – que inclui desde a ocupação

de ruas por saraus até a preservação de cultivos ancestrais em quintais urbanos – desmonta a visão da periferia apenas como lugar de violência, morte e precariedade, revelando como estes territórios são, antes de tudo, lugares de invenção de futuro. Como argumenta a autora (hooks, 2022), a crise do “não pertencimento” só é superada quando o lugar de partida (a periferia, a favela, o quilombo) é entendido como ponto de irradiação de mundos possíveis, e não como confinamento, conforme descrito também pela convidada no trecho de diário de campo aqui trazido.

Assim, ao subverter a lógica do “não ser” e o sentimento de “não pertencimento” a partir da lógica de “ser das áreas”, é possível potencializar um resgate do valor da vida, experimentando a conexão entre mundos e a libertação das amarras coloniais em direção à criação de caminhos de cuidado e de cura (hooks, 2022). Nesta perspectiva, voltando à fala trazida, o “lugar de partida” não é um ponto estático, mas um compromisso ético-político com a coletividade. Ao rememorar “de onde viemos” como dito pela convidada, o “ser das áreas” constrói a base para projetar “para onde vamos”, transformando a periferia em chão fértil para novas epistemologias e futuros possíveis. Como argumenta hooks (2022), é nesta dialética que se forja uma cultura de lugar, a certeza de que, conhecendo o ponto de partida, não se perderá de vista o horizonte da libertação.

Ainda sobre a perspectiva de pertencimento e a invenção de uma cultura de lugar, vale ressaltar que o JAP busca discutir sobre “ser das áreas” no festival mediante reflexão sobre o histórico de lutas, as mobilizações estudantis e as conquistas realizadas pelas juventudes do território, não como forma de romantização, mas de memória e exemplo de força:

Uma das pessoas convidadas mostrou um mapa de Fortaleza com informações sobre o IDH e acesso a saneamento básico por bairro. Era um mapa de uma cidade toda em vermelho, com apenas algumas pequenas áreas em azul correspondente a bairros da zona nobre da cidade. O mapa também mostrava o número de ocupações precárias, pulverizadas pela vermelhidão que cobria a maior parte da capital. Após mostrar o mapa, a pessoa convidada perguntou ‘onde vocês acham que estão os equipamentos culturais? Até que ponto Fortaleza garante a vida da juventude?’. Em seguida a essas perguntas se iniciou um debate sobre como as juventudes ‘incomodariam a sociedade’. Nesse momento, alguns membros da organização do festival mencionaram tanto os rolezinhos de 2013 quanto o processo de ocupação das escolas, que foi protagonizado pelas juventudes de ensino médio de escolas locais. Foi reforçado pelos militantes mais velhos, muitos dos quais participantes das ocupações de 2016, que as mobilizações secundaristas deram resultado, permitindo uma ampliação da verba estadual para reforma das escolas e sua ampliação, além da melhoria da merenda escolar (Trecho de diário de campo, 17/06/2023)

Nesse trecho, a dimensão de contato entre pessoas convidadas, militantes mais antigos do território e jovens estudantes possibilita uma aproximação entre diferentes experiências de participação e luta política, favorecendo uma reatualização da memória das mobilizações do território. Esse encontro pode produzir efeitos (trans)formativos para as juventudes que dele participam, na medida em que coloca em circulação histórias, experiências e modos de compreender a ação política. A mobilização política e o a(r)tivismo juvenil, presentes nas experiências compartilhadas ao longo do Festival, podem fazer operar aquilo que Davis (2018) define como processos de libertação construídos coletivamente, o qual deve ser conquistado de forma coletiva a partir de três eixos complementares e indissociáveis: 1) a formação de uma consciência crítica capaz de problematizar as estruturas de opressão e exclusão; 2) a participação ativa em lutas políticas; 3) a construção de redes de solidariedade entre os diversos sujeitos que vivenciam diferentes formas de marginalização..

Nessa perspectiva, o "ser das' areas", como ato político de criação e afirmação de uma cultura de lugar, está intrinsecamente vinculado também a um processo de libertação que se efetiva por meio do fortalecimento de a(r)tivismos e militâncias juvenis, mediante a mobilização social e política e da invenção de espaços de refúgio às normas cisheteropatriarcais brancas. Um processo de libertação capaz, por exemplo, de romper com as políticas de segregação atuantes em Fortaleza (Ribeiro; Lima, 2024) e permitir o trânsito e a expressão das diferentes formas de ser, conforme afirma Alex:

E o ser “das’areas” não é só sobre o Grande Bom Jardim, o ser das áreas é aquele local onde você pode se sentir livre em qualquer região que você esteja, principalmente aqui dentro do CDVHS ou no CCBJ, ou no CCC. É dessa liberdade de você ser você mesmo, ter sua liberdade de fala, ter sua liberdade de gênero, ter essa igualdade étnica e racial, e é isso. (Trecho entrevista com Alex, 2023)

Essa liberdade de se expressar enquanto corpo dissidente, de viver garantindo dignidade e segurança para si e para sua comunidade tem grande enfoque nos dias do eixo “ser das áreas”, sendo um importante ponto para a desnaturalização das restrições territoriais e das políticas de criminalização juvenil e desinvestimento nas periferias engendradas pela gestão pública. Both e Luz (2026), ao discutirem as experiências de jovens de uma periferia de Teresina, identificam como o medo da violência restringe a circulação, o acesso a espaços de lazer e a própria vivência da juventude. Cavalcante et al. (2024) e Nunes et al. (2023) ampliam essa discussão ao refletirem como essas restrições

se articulam a processos de criminalização e estigmatização, atravessados por marcadores como classe, raça, gênero, sexualidade e território, produzindo formas diferenciadas pelas quais determinados corpos e territórios são reconhecidos e tratados na cidade.

Essa dimensão conflituosa em torno das políticas de criminalização e morte para as juventudes convoca também, no contexto do festival, atores políticos importantes que pautam essas discussões em outros espaços, como câmara de vereadores e senado. Em nível municipal e estadual, existe uma atribuição importante do Festival como espaço de contato também entre representações democraticamente eleitas e coletivos sociais, fomentando um espaço de diálogo e aliança em torno da proteção das juventudes periféricas, conforme o seguinte trecho demonstra:

Ao chegar ao CCBJ, nos dirigimos ao teatro, espaço que podia adequar a quantidade de jovens visitantes. A primeira fala foi de uma das vereadoras da mandata coletiva 'Nossa Cara' (PSOL), protagonizada por 3 mulheres negras e periféricas. A convidada atendeu aos pedidos para participar do Festival e garantir uma articulação e diálogo entre os coletivos locais e aqueles que ocupam a vereança da capital. Em sua fala, a vereadora destacou que a periferia não estava só sobrevivendo, mas produzindo vida, em seguida afirmou a importância política de um reconhecimento e orgulho de ser periférico 'Ta parecendo marginal eles dizem, muitos vão falar sobre como deveríamos ser, como deveríamos nos vestir, disseram que o povo preto e periférico tinha que ser de um determinado jeito'. Após essa fala, a vereadora reafirmou um compromisso das políticas públicas e do ativismo juvenil com a desnaturalização do genocídio das juventudes periféricas, e que era fundamental que espaços como o festival existissem para que as juventudes pudessem entender que 'Não está tudo bem colocarem um alvo nas suas costas! vocês importam! Alguém lembra o rosto de vocês! Eles disputam nossa narrativa para dizer que não valem a pena, mas temos que responsabilizar aqueles e aquelas que ceifaram nossas vidas. Porque o que queremos ainda não tem nome porque queremos vida. (Trecho de diário de campo, 17/06/2023)

Por meio de tecnologias sociais como o Festival das Juventudes, o JAP articula diferentes grupos e mobiliza um debate político sobre as possibilidades de reivindicação social para as juventudes, desconstruindo a noção elitista de que a política é um território exclusivo dos "engravatados" que residem nas áreas nobres da cidade. Ao trazer uma vereadora negra e periférica para dialogar diretamente com as juventudes participantes, o evento não só aproxima essa população de representantes eleitos que podem acolher suas demandas, mas também mostra a possibilidade de ocupação desses espaços de poder por quem historicamente tem sido excluído deles.

Ademais, o Festival cumpre um papel estratégico ao articular coletivos sociais e figuras políticas, criando pontes entre a base comunitária e as instâncias institucionais. Essa convergência fortalece a luta por políticas públicas contextualizadas no território,

que façam sentido às reivindicações e às demandas cotidianas da população. A provocação "o que queremos ainda não tem nome porque queremos vida" da vereadora sintetiza a urgência de espaços de diálogo como esse, que amplificam vozes anteriormente silenciadas, possibilitando que inventem outros possíveis e exijam atuação do Estado. Assim, o festival não é apenas um evento cultural, mas um ato político que desafia geografias de poder e inscreve as juventudes como sujeitos plenos de direitos e agentes transformadores da própria história.

Outra estratégia utilizada no dia do eixo "ser das áreas" para fortalecer o sentimento de pertencimento ao território e o fortalecimento de políticas de libertação das juventudes é a capilarização do evento para outros espaços do GBJ. Nesse dia, o festival transcende os limites do CDVHS, local em que ocorre a programação nos outros dias, e espalha-se, ocupando outros equipamentos sociais do território, como o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) e o Centro Cultural Canindezinho (CCC). Vale-se ressaltar que tanto o CCBJ quanto o CCC representam conquistas da mobilização comunitária na região, as quais, até hoje, o JAP acompanha por meio do seu eixo de incidência e monitoramento de políticas públicas.

Na apresentação disponível no site do CCBJ, este é descrito como "uma política pública que se constitui em centro cultural de base comunitária, [...], que tem como diretriz o acesso e a democratização no campo das artes, das culturas e dos Direitos Humanos." (Centro Cultural Bom Jardim, 2025, s/p). O caso do CCBJ é particularmente significativo para o JAP, pois sua localização no GBJ – e não no centro da cidade, como se planejava originalmente – foi resultado de intensas lutas populares para a capilarização e a democratização dos dispositivos culturais, incluindo ocupações no Palácio do Governo Estadual em 2012. Essa vitória, articulada por lideranças locais e movimentos sociais, que integravam a rede antes da criação do fórum, marcou um precedente importante, tornando o CCBJ o primeiro equipamento cultural do estado instalado em uma área periférica de Fortaleza (Ribeiro, 2019).

Após sua construção, a mobilização se concentrou na garantia de recursos para a manutenção das atividades. Em 2020, quando as atividades foram paralisadas devido à falta de recursos, o Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim mobilizou artistas, movimentos sociais e moradores para uma programação insurgente, com o objetivo de

denunciar o atraso nos repasses e destacar a força da expressão artística na região. Como resultado, o então governador, Camilo Santana, ampliou os recursos em mais de 70%, garantindo a continuidade das ações (Barbosa, 2020). O JAP esteve presente nesta mobilização, fortalecendo a programação com apresentações artísticas e ações de visibilidade, como a criação de faixas e cartazes, passando a ter representantes na Gestão Compartilhada do equipamento nos anos seguintes.

O CCC, por sua vez, é resultado de uma Operação Urbana Consorciada (OUC – Osório de Paiva), regida pela Lei nº 10.403, que viabilizou a instalação de um supermercado de grande porte no território. O terreno em que ele está instalado foi doado pela prefeitura de Fortaleza, a qual anunciou, no dia do lançamento, que a gestão do espaço seria de forma participativa e comunitária (O Povo, 2020). Embora o recurso para a construção do equipamento tenha sido repassado em 2017, a obra só foi iniciada em 2019 e interrompida em 2020 devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Em resposta ao atraso na entrega da obra, o JAP realizou visitas técnicas e mobilizações virtuais ao longo do segundo semestre de 2020, pressionando pela conclusão da obra. Em 7 de dezembro de 2020, o equipamento foi inaugurado (O Povo, 2020).

Tendo em vista a importância e o histórico de luta para criação e a manutenção dos dois equipamentos, o JAP adota a estratégia de ocupá-los no último dia do festival. A dinâmica dessa ocupação costuma seguir uma estrutura dividida em duas etapas: a primeira consiste em um momento concentrado de acolhida, no qual são realizadas performances artísticas e falas de convidados que contextualizam a importância do espaço e sua relação com a temática do dia; a segunda etapa privilegia a exploração livre do local, permitindo que as juventudes circulem, interajam e apropriem-se do equipamento de maneira autônoma. No caso do CCBJ, essa experiência é potencializada por um tour guiado por trabalhadores da instituição, que apresentam setores como salas de aula, áreas administrativas, biblioteca e estúdios, além da divulgação da programação fixa do equipamento e como se inscrever nos cursos ofertados. Contudo, é válido ressaltar que, mesmo que exista a realização desse tour guiado, as juventudes não são obrigadas a participar, e podem circular livremente sem o auxílio dos profissionais.

Incluir esses equipamentos na programação do festival, mesmo diante dos desafios impostos pelas dinâmicas e as tensões impostas pela faccionalização do território, reflete

uma aposta política, como destacou Camila durante o IV Festival das Juventudes, ao chegar com os/as/es jovens no CCBJ: "É preciso conhecer as belezas do território. Tragédia já vemos todo dia na mídia. [...] A mídia não mostra as belezas daqui" (Trecho de diário de campo, 18/06/2022). A iniciativa tensiona os imaginários construídos sobre o GBJ e também as restrições que atravessam o acesso e a apropriação dos espaços urbanos pelas juventudes periféricas.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade envolve a possibilidade de apropriação e uso dos espaços, cuja organização é atravessada por relações sociais, políticas e econômicas. Quando o JAP organiza a circulação das juventudes para ocupar equipamentos culturais do próprio território, essa prática é criada em meio a uma disputa sobre os modos de ocupar e construir a cidade, convidando as juventudes a também construir e lutar por esses espaços. A ocupação desses equipamentos, portanto, não diz apenas da possibilidade de estar nesses lugares, mas de participar da construção dos sentidos, dos usos e das formas de vida que podem existir no território.

A aposta política na ocupação dos espaços também aparece em meio a discussão sobre a presença das juventudes periféricas em outros espaços urbanos. Sobre isto, outra convidada do festival, que faz parte do JAP, pontua:

Muitas vezes, quando estamos ocupando espaços, dentro de ônibus, no supermercado, andando na rua, muitas vezes somos tratados como diferença, porque temos uma forma de vestir. As pessoas acham que devem passar longe da gente na rua, porque possivelmente a gente possa vir a assaltá-las. Ou nós que somos pessoas pretas no shopping, temos a infeliz vivência de sermos perseguidas (Trecho de diário de campo, 07/05/2022)

A fala destacada permite refletir como o direito de circulação e ocupação da cidade pelas juventudes periféricas, que enfrentam experiências de vigilância, suspeição e não pertencimento ao ocuparem diferentes espaços da cidade. Ao tensionar essa circulação em coletivo, principalmente nos equipamentos escolhidos, que foram criados justamente no intuito de acolher essas juventudes, existe a aposta em contrapor as lógicas que buscam “esconder” e invisibilizar esses corpos no território. Assim, os equipamentos culturais visitados operam como tentativas de contraponto à lógica necropolítica que restringe a circulação nas periferias, cuja ocupação pelas juventudes produz outras possibilidades de presença e pertencimento diante de experiências cotidianas de invisibilização e estigmatização.

Como argumenta Butler (2018), quando corpos sistematicamente tratados como descartáveis ou indignos articulam-se em redes políticas de organização coletiva, estes passam a romper com a expectativa da hegemonia normativa de permanecer invisíveis e seguir às margens da vida social. Ao ocuparem esses espaços, esses sujeitos se recusam a ser a ausência silenciosa que sustenta a ordem pública vigente (Butler, 2018). No festival, a ocupação dos equipamentos culturais no dia “ser das áreas” articula presença coletiva, pertencimento, luta política e reivindicação do direito de ser, estar e ocupar espaços. Essa experiência não elimina ou ignora as desigualdades que regulam a circulação pela cidade, mas tensiona os limites que definem onde esses corpos podem estar, circular e ser reconhecidos como pertencentes. Constitui-se como uma abertura a experimentar outras formas de estar, circular e produzir a cidade.

Experimentação artística e reivindicação de direitos

A luta por Políticas Públicas de Cultura para as juventudes da periferia é uma das principais frentes do JAP. Entre suas reivindicações, conforme pontuado anteriormente, pauta-se a descentralização das políticas de incentivo cultural e artístico na cidade, nucleadas principalmente na região da Praia de Iracema e Aldeota, bairros marcadamente elitizados na geografia da capital e conhecidos como bairros nobres da cidade. Além disso, o JAP também se levanta em defesa da manutenção dos equipamentos culturais já presentes no território, fruto da mobilização coletiva da comunidade, como o CCC e o CCBJ, respectivamente geridos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e pelo Governo do Estado do Ceará. Sobre esses equipamentos, Marina, durante a entrevista, aponta que, apesar dos avanços oriundos da militância local, a juventude ainda não consegue acessar plenamente os dispositivos:

*[...] alguns deles estão deixando de dar vagas para os jovens. Na minha cabeça, eles não tão dando muita preferência para o Bom Jardim. A galera (do curso) da dança é de onde? Parte dela não é daqui do território. A galera do teatro tem gente do Benfica (bairro localizado próximo ao centro de Fortaleza). Aí a gente vai falar daquele outro equipamento cultural (CCC), não tem professor, muitos ainda são voluntários. [...]. E aí, tipo, a gente tem que muito olhar também a questão da gestão porque, às vezes, não é nem só a gestão, mas também quem tá por trás da gestão; porque às vezes pode ser gestão, às vezes pode ser o instituto que coordena aquela gestão. (Trecho de entrevista com **Marina**, 2023)*

Falas com a de Marina reverberam, pois visibilizam as percepções da juventude ativista ante as lacunas da política pública. Seja pela deficitária captação de jovens do próprio território, seja pela precarização laboral das pessoas que desenvolvem o trabalho nos equipamentos, nas mobilizações juvenis, como o JAP, deslocam o olhar crítico para com as iniciativas do Estado e atualizam as reivindicações que pedem para além de estruturas de concreto, mas equipamentos vivos e latentes para as juventudes do GBJ.

Além dos dois fatores citados acima, outra realidade apresenta-se no que se refere ao acesso aos equipamentos do território. Nesse sentido, algo que distancia as juventudes do GBJ dos equipamentos é o fenômeno do avanço das facções e suas territorializações paralelas, de modo que os grupos criminosos controlam a circulação, imprimindo regimes de (des)autorização no deslocamento pelos espaços da cidade. Esse controle se faz em função, sobretudo, da garantia do disputado comércio dos grupos faccionados no mercado de itens ilegais, como armas e drogas ilícitas (Paiva, 2022; Cavalcante, 2021).

Os efeitos desse “fatiamento” do território se sobressaem durante o festival, sobretudo no dia do “ser das áreas”, em que se aposta em um caráter itinerante do evento, como relatado no tópico anterior. Apesar de não representar uma queda drástica no número de participantes, é justamente nesse dia que o quantitativo de pessoas costuma ser o menor entre os quatro dias. As implicações na ocupação do território atravessam diretamente a atuação do JAP, uma vez que a organização das rotas dos ônibus que transportam os estudantes das escolas parceiras até o CDVHS precisam ser anualmente avaliadas, a fim de garantir a segurança daqueles que estão se deslocando do/para o Festival.

Leandro (nome fictício) questionou sobre a rota que o ônibus faz para chegar ao CDVHS, que é muito longa. Camila, nesse ponto, explicou que mesmo que faça mais sentido agrupar as escolas de forma diferente, o agrupamento atual foi realizado após pontos de tensão que existiram no Festival passado. Ela então cita o caso entre alunos da escola C e alunos da escola D, em que os primeiros questionaram, ao se darem conta para onde estavam indo: “Como assim a gente tá vindo pra cá?”. Camila então reforçou que a formulação das rotas não envolve apenas a distância entre as escolas, mas as circulações que são permitidas pelas dinâmicas territoriais. (Trecho de diário de campo, 2023)

A atuação do JAP em torno das políticas de arte e cultura para as juventudes periféricas também se articula à reivindicação pelo direito à cidade, conforme discutido anteriormente. No entanto, a experiência narrada no diário de campo coloca em relevo as tensões que ainda atravessam essa aposta. Inserido nas dinâmicas do território, o Festival

não está alheio à violência que marca e cria fronteiras entre as ruas do GBJ, mas não deixa de pautar a segurança pública como um direito que deve garantir a paz e a mobilidade dessas juventudes, e não mais como uma ameaça às suas vidas pela polícia ou pelo tráfico.

O movimento do JAP no Festival traça estratégias artísticas para embates políticos, estratégias essas que se atualizam em uma estetização das formas de se construir ação coletiva e uma coletivização política das práticas estéticas, integrando uma dimensão a(r)tivista. Conforme defende Amaral (2022), a arte emerge como dispositivo de memória no movimento de restituir simbolicamente os corpos diante da precarização da vida. Ainda segundo a autora, quando o extermínio e suas facetas se banalizam pela necropolítica, a arte se configura como tentativa de revigorar as resistências cotidianas. Nesse caminho, a(r)tivismos se engendram na atuação destes coletivos pelo Festival, de modo que, a partir da arte enquanto revolução estética, pode-se imprimir igual força no giro da ética e da política ante as periferias.

Sobre isto, Camila compartilha:

Acho que é isso que o festival também possibilita: experimentar. Não é que a pessoa vai sair como uma artista, mas ela vai experimentar, vai gostar, vai conseguir transbordar ali, e produzir outras coisas. Vai tá melhor pra poder conversar em casa... vai tá melhor pra estudar pra prova. Enfim, são repercussões diferentes em cada pessoa, mas repercute de alguma forma. (Trecho entrevista com Camila, 2023)

Nesse caso, a arte não é uma propriedade exclusiva do capitalizado 'artista', o sujeito socialmente reconhecido como profissional da criação. Pelo contrário, enquanto experimentação, ela emerge como um catalisador de afetos mobilizadores, como a indignação, que encontra vazão na poesia e no batuque. Na democratização do acesso às artes pelo Festival, os coletivos a(r)tivistas juvenis provocam o corpo e a cultura, produzindo estranhamentos e deslocamentos em face das condições precárias do território.

Distante da exigência técnica da expertise, o sentido político do experimentar artístico provoca o movimento de transformação das paredes do instituído nas periferias. Ao romper com cristalizações coloniais sobre o direito ao exercício e à autodenominação artística, esse a(r)tivismo dos coletivos juvenis viabiliza um espaço de discussão da arte como manifestação na vida cotidiana das periferias, fissurando as demarcações

tradicionalmente estabelecidas sobre os limites entre a arte, a experiência vivida e a atuação política (Mesquita, 2011).

Falar em a(r)tivismo no contexto das mobilizações políticas do JAP diz muito mais de um pensar a produção artística como campo coletivo de contestação, orientando por vias estéticas possibilidades de expressão, elaboração e produção de novas possibilidades existenciais como um direito acessível às juventudes. Em consonância com outras formas de a(r)tivismo abordadas por Stubs, Teixeira-Filho e Lessa (2017), o Festival como dispositivo a(r)tivista de formação política viabiliza uma ampliação de horizontes territoriais a partir do fomento da capacidade inventiva estética como potência das vidas subalternizadas, o que em si já configura uma ação política em uma realidade social marcada pelo apagamento e pela negação das narrativas juvenis periféricas.

A importância da arte tem nesses espaços de formação, articulação e experimentação não se limita à confecção de materialidades pouco relacionadas ao cotidiano dessas juventudes, em um uso operacional, mercantilista e descaracterizado das suas vivências; ao contrário, ganha potência na medida em que conjura uma produção da diferença. Sendo assim, embora não seja a única possibilidade de manifestação da atividade criativa, a arte constitui uma importante catalisadora dos fluxos desejantes de produção da vida (Guattari, 2006).

De sua participação no Festival de 2022, um dos pontos que Alex ressaltou diz respeito a ter sido no Festival o espaço em que começou a se interessar por arte:

Foi no Festival que eu peguei pela primeira vez numa câmera. [...] eu cheguei na Marina e peguei a câmera dela, eu não sabia mexer muito bem. Eu acabei que me interessei, foi por isso que lá mais pra frente, eu peguei outra câmera pra fotografar. (Trecho de entrevista com Alex, 2023)

Alex, na época estudante de uma das escolas que sempre participava do festival, esteve presente no IV Festival das Juventudes como estudante. Em 2023, um ano depois, ele ingressou no JAP, na Rede Dlis e forma, com os demais jovens, o V Festival das Juventudes. Não suficiente, Alex também se organiza no movimento estudantil e no grêmio escolar.

Da mesma forma que Alex, outros/as/es jovens, incluindo demais componentes dos movimentos, afirmam ter começado a se experimentar na arte por meio do Festival das Juventudes. Aqui se demarca o ponto supracitado, do efeito revolucionário da criação

estética para a mobilização política e subjetiva. Nessa aposta do JAP, há uma latência da luta que constrói as zonas de identificação, as forças de mobilização e, desta forma, os efeitos de transformação.

É muito disso né, de como o jovem se sente representado. Vamos supor, uma pessoa trans, uma pessoa da comunidade, ele vai se sentir na liberdade também de tipo: 'Olha aquele cara ali, é igual a mim, tem características bem semelhantes à minha. Então, se ele tá ali palestrando, se apresentando pra mim, daqui a algum tempo pode ser eu que vá tá ali para outros jovens'. (Trecho de entrevista com Alex, 2023)

Ao abordarmos as militâncias e os ativismos na sua latência de transformação das estruturas da sociedade, retomamos enquanto pesquisadores a dimensão da possibilidade de resistir desde a micropolítica cotidiana, que flexiona a posição dos corpos no campo social, até a macropolítica dos organogramas estatais, de forma a refazer estruturas, recriar processos e inaugurar outros meios. Acreditamos na potência de re-existência dos sujeitos que montam as linhas de frente da luta para assim reconfigurar as paredes e as lógicas das políticas. Para além da exigência de programas sociais, as juventudes do GBJ nas suas frentes de luta operam no desejo e ativismo cotidiano de desmontar a necropolítica que ceifa corpos, encontros, equipamentos e possibilidades para uma periferia diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, este artigo objetivou analisar a atuação de a(r)tivismos juvenis em territorialidades periféricas na defesa dos direitos das juventudes, tomando como mote a experiência dos Jovens Agentes de Paz (JAP), com destaque para a análise do Festival das Juventudes, tecnologia política e coletiva realizada anualmente pelo JAP. Por meio de uma pesquisa-inter(in)venção, buscou-se compreender como estratégias de ativismo em torno das pautas dos direitos humanos promovidos pelos coletivos juvenis do GBJ, como o JAP, promovem espaços de produção coletiva de vidas insurgentes, tencionando os entendimentos sobre promoção de direito à cidade, segurança pública e acesso à cultura por meio de um prisma que valoriza a produção desejante da vida em toda sua potência artística e política, reivindicando ampliações para uma gestão pública mais centrada na promoção da cultura, arte, cidadania e dignidade social para as juventudes periféricas.

Entendemos que os espaços de formação política e a promoção de vida pela arte viabilizados pelo JAP promovem rupturas micropolíticas com uma agenda de morte estabelecida para as juventudes periféricas, bem como disputam, discursivamente, com os enunciados punitivistas e criminalizantes hegemônicos quando se trata de agenda política para juventudes periféricas. Os movimentos e as formas de ativismo constituídas pelo JAP tencionam também as prerrogativas clássicas das formas de ativismo político, promovendo uma abertura para outras possibilidades de engajamento coletivo .

Ao conectar diferentes instâncias políticas (como coletivos, artistas, atores político/partidários, centros culturais, espaços institucionais, Ongs, entre outros) sem perder um modo de funcionamento que opera a partir da diferença, o JAP, bem como o Festival das Juventudes, potencializa as margens urbanas como territorialidades insurgentes às narrativas hegemônicas. O papel da arte nesses processos se constitui na medida em que os espaços experimentais constituídos nesse agenciamento político estimulam a produção de devires periféricos a(r)tivistas, uma forma de estetização da luta que integra arte e política, pensando essas dimensões integradas em um projeto de reivindicação social que perpassa outras sensibilidades, dizibilidades, visibilidades e modos de se colocar no mundo.

O Festival das Juventudes opera então como espaço de encontro, no qual as conflitividades emergem e impelem os diferentes grupos participantes a produzir novas formas de mobilização política. Além disso, como espaço formativo, os dispositivos maquinados propiciam um espaço de iniciação política para muitas juventudes na medida em que tecem diálogos entre diferentes coletividades com suas próprias pautas e formas de organização e repertório estético-político, constituindo-se assim novas gerações de ativistas políticos. Destaca-se que muitos jovens passam por um processo de autoconhecimento e afirmação política enquanto “artistas” a partir dessa aproximação com o JAP.

Em vista do apresentado, no acompanhamento do Festival das Juventudes e das demais atividades artístico-culturais-políticas do JAP, este pode ser entendido enquanto espaço de (trans)formação política, por produzir esses laços de conexão entre jovens estudantes de escolas públicas e coletivos juvenis, driblando restrições de circulação impostas pelas facções e a segregação socioespacial. No encontro dessas subjetividades

podem ser apresentadas e produzidas outras possibilidades e táticas de luta, sendo então espaços gestacionais para militâncias e mesmo novos coletivos sociais que pressionam as políticas públicas locais para o GBJ.

Ressaltamos que, sendo uma pesquisa desenvolvida por meio de uma perspectiva ética cartográfica e tratando-se de um estudo realizado em um contexto territorial específico, no acompanhamento de um coletivo juvenil no GBJ, esta não apresenta pretensões universalizantes, de forma que a circunstância qualitativa do estudo configura um limite ético dele mesmo, sendo, assim, pertinente a ponderação da aplicação ou replicação dos resultados deste estudo em outros contextos e territórios, considerando as condições específicas em que a pesquisa foi desenvolvida, de modo a evitar generalizações para outras experiências juvenis periféricas.

Destaca-se que a função política do “ser artista” para esses coletivos também está em sua possibilidade (d)enunciativa. O devir a(r)tivista engendrado pelos coletivos juvenis possibilita que estes produzam outras imagens e narrativas sobre si que contrastam com aquelas veiculadas hegemonicamente. A arte então irrompe como um ativismo ético-estético-político. Trata-se de uma nova forma de disputar imagens e sensibilidades, de produzir intervenções estéticas e de transmitir formas de experimentação artística fora de enquadres normativos coloniais, pensando arte como produção de vida e reivindicação de direitos (Costa; Coelho, 2018).

Onde a necropolítica grita a condição de “sujeito matável”, o “fazer política” por meio da arte, entre outras possibilidades de ativismo, abrange a denúncia do racismo, do machismo, LGBTQIAP+fobia e das violações de direitos que se atualizam nas margens urbanas, revelando as falhas da gestão de segurança e garantia de direitos humanos, mas apontando também para a potência da luta coletiva como reivindicadora de políticas, projetos e recursos para as juventudes periféricas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existência: más allá del arte... el mundo de lo sensible**. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

AMARAL, L. Entre territórios: arte, memórias, cidade. [In] Visibilidades urbanas. In: AMARAL, L.; SCHWARTZ, R. M. P. B. (orgs.). **Entre territórios e redes: arte, memórias, cidades**. e-Manuscrito, São Paulo, SP, p. 75-90, 2022. Disponível em: https://pluriverso.online/e-book_entre_territorios_e_redes/. Acesso em: 09 set. 2026.

BARBOSA, F. O Centro Cultural Bom Jardim está com atividades paralisadas desde o início de 2020. **Brasil de Fato**, Fortaleza, CE, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/31/o-centro-cultural-bom-jardim-esta-com-atividades-paralisadas-desde-o-inicio-de-2020>. Acesso em: 26 mar. 2025

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 25, n. 3, p. 373-390, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200010>. Acesso em: 09 set. 2026.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 172-200.

BENÍCIO, L. F. de S. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 38, n. spe2, p. 192-207, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>. Acesso em: 09 set. 2026.

BOTH, L. I.; LUZ, L. C. X. Juventudes periféricas e condição juvenil: ser jovem em um território marcado pela vulnerabilidade social. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, PI, v. 30, n. 63, p. 1-29, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8264>. Acesso em: 1 set. 2026.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTE, L. F. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza**. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60519>. Acesso em: abr. 2025.

CAVALCANTE, C. O. B. et al. Direitos humanos para “humanos (in) direitos?”: trajetórias de vida e re-existências de jovens e adolescentes a quem se imputa o cometimento de ato infracional. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 24, n. 1, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.23678.046>. Acesso em: 09 set. 2026.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Fazenda. **Balanço geral do Estado 2023**. Fortaleza, CE, 2024. Disponível em: <https://www.sefaz.ce.gov.br/bge-2023/>. Acesso em: abr. 2025.

CENTRO CULTURAL BOM JARDIM. Centro Cultural Bom Jardim. Fortaleza, [s.d.]. Disponível em: <https://ccbj.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 25 abr. 2025.

COSTA, M. A. C. N.; COELHO, N. A(r)tivismo feminista: intersecções entre arte, política e feminismo. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu20i2.p547>. Acesso em: 31 ago. 2026.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JUNIOR, J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F. (org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, I. R. et al. **Festival das Juventudes: arte, cultura e direitos humanos**. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2023. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GOMES, C. J. A. “**É uma forma de contar que a gente existe**”: arte e re-existência no Festival das Juventudes do Grande Bom Jardim. 2024. 209 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78986>. Acesso em: 31 ago. 2026.

GOMES, C. J. A. et al. Festival das Juventudes: Inter(in)venções psicossociais com juventudes no Grande Bom Jardim. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, CE, v. 25, n. esp, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/15096>. Acesso em: 3 set. 2026.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 set. 2026.

HOOKS, b. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.

HUR, D. U. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>. Acesso em: maio 2025.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MESQUITA, A. **Insurgências Poéticas: Arte Ativista e ação coletiva**. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

MENEZES, J. A.; COLAÇO, V. de F. R.; ADRIÃO, K. G. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, CE, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32852>. Acesso em: maio 2025.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NUNES, L. F. et al. Territorialidades periféricas e violências: narrativas de jovens lésbicas envolvidas em facções. **Revista Periódicus**, Salvador, BA, v. 1, n. 18, p. 197–216, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49931>. Acesso em: 3 set. 2026.

O POVO. Inaugurado nesta segunda, Centro Cultural Canindezinho vai oferecer atividades culturais e esportivas. **O Povo**. Fortaleza, CE, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/12/07/inaugurado-nesta-segunda-centro-cultural-canindezinho-vai-oferecer-atividades-culturais-e-esportivas.html>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PAIVA, L. F. S. O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. **Revista TOMO**, Aracaju, SE, n. 40, p. 87-122, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21669/tomo.vi40.16711>. Acesso em: abr. 2025.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RIBEIRO, A. de S. **Centro Cultural Grande Bom Jardim: memória, identidade e território**. 2019. 80 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45873>. Acesso em: 8 abr. 2025.

RIBEIRO, M. C. R.; LIMA, M. Q. C. Raça e terra: implicações do racismo fundiário na segregação urbana em Fortaleza-CE. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, v. 16, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/84vgQttLf4fcpS5JWNwKWwQ/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, S. R. dos. Pode a periferia falar? Uma releitura crítica da produção cultural das periferias. **Geografares**, Vitória, ES, v. 2, n. 35, p. 225-251, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/geo.v2i35.39219>. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, F. R. N. **Rede de afetos: práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza (CE)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87392>. Acesso em: 21 abr. 2025.

STUBS, R.; TEIXEIRA-FILHO, F. S.; LESSA, P. Ativismo, estética feminista e produção de subjetividade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 2, p. 1- 19., 2017 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n238901> Acesso em: 09 set. 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUPESP). **Indicadores criminais – crimes violentos letais e intencionais [Power BI]**. Fortaleza, CE, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoia0NlNDcoMzMtNmI1MiooMmMoLWE5M2YtZjYxODEwOWYONGZhlwidiCI6ImRjYmUyOTlkLTdkMWEtNDM5YS04OGZkLTRkZTY3ODYyMzM5YiJ9>. Acesso em: abr. 2025.

VOSS, G. C.; PELOSO, F. C. De(s)colonial artístico como potencialidade de recriação de mundos: lugares de re-existir e re-pensar a si. **PerCursos**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 50, p. 43–64, 2021. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/pt_BR/article/view/19702/14236. Acesso em: ago. 2026.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Mar. de 2026.

Aprovado: 10 de Ago. de 2026.

Publicado: 05 de Set. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

GOMES, C. J. A. et al. A(r)tivismos e insurgências juvenis em periferias de Fortaleza. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 64, 2026.